

ANO XXI N. 50 3/4/2023

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

### [Portaria VTMAN n. 2, de 30 de março de 2023](#)

Estabelece e regulamenta procedimentos a serem seguidos na Vara do Trabalho de Manhuaçu, enquanto perdurar a autorização para execução da atividade jurisdicional em condições especiais de teletrabalho integral (art. 2º, I-A da Resolução CSJT n. 151 de 29/05/2015), por meio de videoconferência, pelo Juiz Titular da Vara do Trabalho de Manhuaçu, Hitler Eustásio Machado Oliveira.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 31/3/2023, p. 26)

## CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

### [Ato CSJT.SG.SECMAT n. 13, de 31 de março de 2023](#)

Altera o ATO CSJT.SG.SECMAT Nº 1/2022, que dispõe sobre a composição das Comissões Examinadoras da Prova Objetiva Seletiva, da Prova Escrita Discursiva, da Prova Prática de Sentença e da Prova Oral, da Comissão de Heteroidentificação para Avaliação dos Candidatos Autodeclarados Negros e da Comissão Multiprofissional para avaliação dos Candidatos com Deficiência, do II Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.

(DEJT/CSJT, Cad. Adm. 31/3/2023, p. 1-2)

### [Ato CSJT.SG.SECMAT n. 1, de 16 de dezembro de 2022\\*](#)

Dispõe sobre a composição das Comissões Examinadoras da Prova Objetiva Seletiva, da Prova Escrita Discursiva, da Prova Prática de Sentença e da Prova Oral, da Comissão de Heteroidentificação para Avaliação dos Candidatos Autodeclarados Negros e da Comissão Multiprofissional para avaliação dos Candidatos com Deficiência, do II Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho.

(DEJT/CSJT, Cad. Adm. 31/3/2023, p. 2-4) \*(Republicação)

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

### [Portaria Presidência n. 81, de 29 de março de 2023](#)

Estabelece o Eixo Temático do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário e o prazo para submissão de práticas concorrentes ao Prêmio Inovare – ano 2023.

(DJe/CNJ 3/4/2023, p. 5)

### [Resolução n. 494, de 27 de março de 2023](#)

Altera a Resolução CNJ n. 416, de 10 de setembro de 2021, que instituiu o Prêmio “Juízo Verde”.

(DJe/CNJ 3/4/2023, p. 2-3)

### [Resolução n. 495, de 29 de março de 2023](#)

Altera o § 3º do art. 5º da Resolução CNJ n. 294/2019, que regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário e dá outras providências.

(DJe/CNJ 3/4/2023, p. 3-4)

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

### [Medida provisória n. 1.167, de 31 de março de 2023](#)

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para prorrogar a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

(DOU 31/3/2023, Edição Extra C, p. 1)

### [Decreto n. 11.461, de 31 de março de 2023](#)

Regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e institui o Sistema de Leilão Eletrônico no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

(DOU 31/3/2023, Edição Extra C, p. 1)

### [Decreto n. 11.462, de 31 de março de 2023](#)

Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

(DOU 31/3/2023, Edição Extra C, p. 3-4)

[Resolução CGSN n. 172, de 30 de março de 2023](#)

Altera as Resoluções CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), e nº 169, de 27 de julho de 2022, que alterou a Resolução CGSN nº 140, de 2018.

(DOU 31/3/2023, Edição Extra D, p. 1)

[Instrução normativa SEGES/MGI n. 12, de 31 de março de 2023](#)

Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico, na forma eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

(DOU 31/3/2023, Edição Extra D, p. 1)